



**INSTITUTO DE HUMANIDADES**  
**BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**ALAMBAMENTOS CONTEMPORÂNEOS:  
IMPLICAÇÕES DO CASAMENTO TRADICIONAL ENTRE JOVENS DAS  
COMUNIDADES RURAIS DE ANGOLA**

**AFONSO DOMINGOS DA COSTA FORTUNATO**

**Redenção, 2019**



**INSTITUTO DE HUMANIDADES**

**BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**ALAMBAMENTOS CONTEMPORÂNEOS:**

**IMPLICAÇÕES DO CASAMENTO TRADICIONAL ENTRE JOVENS DAS  
COMUNIDADES RURAIS DE ANGOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado por Afonso Domingos  
da Costa Fortunato, como  
pré-requisito para a obtenção do  
título de bacharel em  
Humanidades, sob a orientação do  
Prof. Dr. Itacir Luz

**Redenção, 2019**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**ALAMBAMENTOS CONTEMPORÂNEOS:  
IMPLICAÇÕES DO CASAMENTO TRADICIONAL ENTRE JOVENS DAS  
COMUNIDADES RURAIS DE ANGOLA**

Data da aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Itacir Marques Da Luz  
(Orientador / IH UNILAB)

---

Profª. Drª. Eliane Barbosa da Conceição

---

Profª. Drª. Segoni Ndangalila Cossa

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as implicações de determinadas práticas tradicionais na estruturação da sociedade angolana atual, observando tal processo a partir da trajetória dos jovens das comunidades rurais do país e sua relação com o casamento tradicional. O estudo proposto demanda, no nosso entendimento, uma abordagem da composição ritualística dessa tradição em destaque, e nela a forma como é concebida e efetivada a iniciação das pessoas em certa faixa etária, principalmente as mulheres jovens. Entendemos que essa proposta de pesquisa pode contribuir para aprofundarmos a compreensão sobre a instituição do chamado “casamento tradicional” em Angola e, mais especificamente, suas implicações sociais e psicológicas na vida de adolescentes das comunidades rurais deste país, de maneira a trazer um olhar crítico sobre essa dinâmica das relações locais, observando os papéis desempenhados ou pensados para os diferentes sujeitos que delas fazem parte. No caso desse estudo, nos propomos a analisar os dados e estudos existentes nos âmbitos nacionais e internacionais referentes à estrutura da sociedade angolana bem como os índices sociais, de modo a entender não apenas a organização dessa sociedade, mas também a dinâmica de seu funcionamento. Junto a isso também procuraremos observar os símbolos e costumes da cultura local, por entender que esses elementos são fundamentais na formação da mentalidade e do comportamento da população nos seus diferentes extratos. Para tanto, recorreremos aos jornais, revistas, artigos, os quais nos permitiram acessar dados objetivos, mas também um pouco das subjetividades presentes no cotidiano ao qual esses meios procuram retratar. Como embasamento e suporte conceitual para esse projeto, trabalharemos com as pesquisas bibliográfica, documental, assim como o método misto, qualitativo e quantitativo. Esperamos que a investigação proposta possa contribuir com o debate no que tange a criação de ações e políticas públicas voltadas para se pensar as trajetórias e as perspectivas da camada juvenil no país como um todo, e mais especificamente nas comunidades rurais angolanas, uma vez

que esses sujeitos acabam sendo incumbidos de expressiva responsabilidade social a partir da sua determinação ao casamento.

**Palavras-chave:** Alambamento; tradição; zona rural; desigualdade social

## **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem como objetivo analisar as implicações de determinadas práticas tradicionais na estruturação da sociedade angolana atual, observando tal processo a partir da trajetória dos jovens das comunidade rurais do país e sua relação com o casamento tradicional. O estudo proposto demanda, no nosso entendimento, uma abordagem da composição ritualística dessa tradição em destaque, e nela a forma como é concebida e efetivada a iniciação das pessoas em certa faixa etária, principalmente as mulheres jovens. Eugênio Alves da Silva (2011), professor auxiliar do Instituto de Educação da Universidade do Minho (Portugal), afirma em seu artigo “Tradição e identidade de género em Angola: ser mulher no mundo rural”. Publicado na Revista Angolana de Sociologia. (RAS).

No meio rural angolano registra-se forte predominância da tradição cultural, razão pela qual hábitos e costumes locais têm sido preservados, entre os quais os ritos de iniciação que contribuem não apenas para a diferenciação de papéis sexuais mas também para a inferiorização social das mulheres. Tais preceitos são reforçados por lógicas de dominação masculina que tendem a naturalizar a submissão das mulheres. (SILVA, 2011, p.22)

Ao observar as comunidades rurais, é fácil perceber como as tradições são carregadas de imposições principalmente as mulheres e crianças de etnias que se encontram numa maior vulnerabilidade social e econômica, uma vez que as tradições são erguidas em cima de valores culturais fortemente patriarcais, se referindo ao casamento tradicional, Como aponta.

Lucia Gerbaldo (2018) coordenadora do Centro “CIES Onlus<sup>1</sup>”, salienta que o casamento precoce põem em causa a dignidade da pessoa humana e os direitos próprios da criança, da adolescente e da mulher, constatou que a iniciação forçada e a gravidez precoce causam efeitos prejudiciais sobre a saúde física emocional e psicológica,

---

<sup>1</sup> “CIES Onlus”: Centro Informazione ne e Educazione.

acarretando várias consequências principalmente causa de mortalidade, em 2015 registrou-se 338 mulheres grávidas, 157 com idades inferior aos 24 anos, e 56 com idades mínima a 14 anos, verificou-se 204 adolescentes, 102 com idades de 16 anos. Das 65 meninas com 16 anos, algumas já estavam na segunda gravidez precoce, totalizou-se que dos 361 casos de adolescentes menores de 18 anos grávidas, reconhecidas nos hospitais locais não correspondem com a realidade, razão pela qual preocupam as instituições a fim de criarem mecanismo para diminuir essa problemática que afeta a zona rural do município.

Algumas pesquisas atuais produzidas sobre esses aspectos da realidade social angolana registram um índice de desemprego maior e um nível de escolaridade menor na zona rural do país. Não por acaso, em Angola, especificamente na zona rural, passou-se a promover campanhas de sensibilização à prevenção de casamentos e gravidez precoces voltadas especialmente para esse público, sendo uma delas, com prazo de dois anos, coordenada por Frutuosa de Jesus<sup>2</sup> (2016), Diretora Provincial da Família e Promoção da Mulher, no Huambo. Tal estudo identificou 16.119 casos de gravidez precoce e 4.913 matrimônio prematuros, dados estes observados entre 2015 e 2016 são importantes para entendermos a dimensão quantitativa que envolve os casamentos e as gravidez precoces.

Ainda refletindo sobre as causas e os índices em relação a esse aspecto, a mesma Diretora afirma que no meio rural, é considerado normal que as crianças - e os jovens - se casem cedo e, justamente por observar tal naturalização desse comportamento, é que o processo de sensibilização na referida campanha também direciona seus esforços no trabalho junto às autoridades tradicionais. A partir disso, foi constatado que as dificuldades de emprego, a desestruturação das bases familiares, a falta de acompanhamento dos filhos e o uso excessivo de bebidas alcoólicas são as causas principais de incentivo a casamentos e gravidez precoces (JESUS apud SILVA 2016).

Constatado esta relação, acrescenta-se a forte influência da educação tradicional angolana que desde muito cedo atua na vida das crianças criando nas mulheres apenas a perspectiva de cumprirem um papel de esposa e mãe (SILVA, 2011, p.9). “O seu valor

---

<sup>2</sup> SILVA, Filipe da. Casamento precoce em análise na região”, Jornal de Angola, Huambo, 12 ago, 2016. Províncias. Disponível em:

social está associado ao casamento, à fecundidade e ao vínculo à família e ao marido. Esta é uma manifestação de ‘cidadania mitigada’ que não se coadunam com os princípios democráticos da igualdade de direitos e da dignidade”. Segundo a explicação de Silva (2011), no contexto da realidade rural não se faz sentir a escolaridade das adolescentes devido o futuro que já tem sido programado ao matrimônio e a maternidade, tendo como marca principal a tradição que impede as próprias mulheres de reivindicar, uma vez que isso seria indigno e grave para elas e para a comunidade. Nesse sentido, busca-se utilizar abordagens sobre esse tema que baseiam-se nas diretrizes de defesa das declarações dos direitos humanos. “Trata-se de saber como se pode influenciar os valores da educação tradicional no meio rural fundada em perspectivas culturais nem sempre compagináveis com a dignidade humana” (SILVA, 2011, p.4).

Nossa hipótese é de que, por sua precocidade característica, o casamento tradicional tende a impactar significativamente no desenvolvimento intelectual, econômico e social dos jovens, especialmente da zona rural, mais notadamente no que se refere às mulheres prometidas e levadas ao matrimônio. Entendemos que entre as motivações possíveis para que esses jovens passem a aderir a tal tradição estariam: a falta de formação; a falta de emprego, ocupação; a desestruturação familiar; a imposição da comunidade.

## **2. JUSTIFICATIVA**

Entendemos que essa proposta de pesquisa pode contribuir para aprofundarmos a compreensão sobre a instituição do chamado “casamento tradicional” em Angola e, mais especificamente, suas implicações sociais e psicológicas na vida de adolescentes das comunidades rurais deste país, de maneira a trazer um olhar crítico sobre essa dinâmica das relações locais, observando os papéis desempenhados ou pensados para os diferentes sujeitos que delas fazem parte.

No centro dessa realidade estão as mulheres que, geralmente por ocasião da força das tradições, são compelidas a aderirem a tal prática, o que costuma ocorrer antes mesmo de se tornarem adultas (segundo nosso entendimento), tendo em vista que o

acordo político-familiar subjacente ao matrimônio se dá ainda durante sua infância. Nesse sentido, acreditamos que não possível compreender essa tradição sem se compreender as realidades e as trajetórias dessas mulheres, uma vez que é a questão de gênero um elemento central de sua manutenção.

A compreensão desse e de outros fatores que integram tal fenômeno pode também se somar ao conjunto de subsídios necessários à produção de políticas públicas que deem conta oferecer suporte social e minimizem os impactos negativos sobre esse segmento da população mais diretamente.

A reflexão proposta, no entanto, não busca necessariamente afetar ou afrontar as tradições locais, e mais especificamente a tradição do casamento tradicional com todos elementos ritualísticos e sócio-políticos que a constituem. Trata-se tão somente de tentar entender até que ponto esta tradição é o fator determinante para que determinados impactos ainda se deem sobre a vida de pessoas nessa faixa etária, adolescência, em especial no caso das mulheres adolescentes, ou se a questão de gênero se impõem para a continuidade desta prática tal como vem sendo, além do próprio caráter ritual.

As comunidades rurais de Angola são desprovidas de políticas públicas que atendam as demandas específicas desta população, a falta de escolarização, o nível de pobreza e a desigualdade de gênero são questões ainda a ser superadas, acreditamos que com essa pesquisa de análise de estudo sobre as zonas rurais podemos trazer algumas sugestões assim como levantar alguns questionamentos acerca da tradição contribuindo assim com alguns debate já existente sobre a educação tradicional, que é apontada como uma das principais causas do casamento precoce.

Nos últimos anos a pesquisa científica tem sido instrumento do poder público nacional e das instituições internacionais que visam diminuir os índice de desigualdade social através dos diagnósticos investigativos sobre as causas dos principais problemas enfrentado pela sociedade angolana, como exemplo podemos citar os estudos psicossociais da UNESCO, PNUD, e INE. A existência de pesquisas e de uma literatura sobre o tema proposto, o que torna possível a atualização, contestação e a possibilidade de se trazer elementos ainda não levados em conta nos estudos sobre a realidade angolana e nos contextos das comunidades rurais. Tais elementos podem proporcionar uma nova visão que busca pensar as questões socioculturais, numa perspectiva mais afro-centrada.



As ponderações nesse sentido também pode ser de grande importância para se pensar as trajetórias e as perspectivas da camada juvenil no país como um todo, e mais especificamente nas comunidades rurais angolanas, uma vez que esses sujeitos acabam sendo incumbidos de expressiva responsabilidade social a partir da sua determinação ao casamento. Com isso, esperamos contribuir com o debate no que tange sobre a criação de ações e políticas públicas voltadas para esse segmento.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. GERAL:**

Analisar o casamento tradicional na adolescência no contexto das comunidades rurais de Angola, a partir das relações matrimoniais de povos que pertencem a cultura angolana, de modo a identificando as implicações relacionadas as questões de gêneros e socioeconômicas em virtude da iniciação precoce desses jovens.

#### **3.2. ESPECÍFICOS:**

- Identificar as representações que envolvem essa instituição social;
- Observar seus impactos na formação dos jovens nela envolvidos;
- Verificar a relação entre a pobreza e o casamento tradicional;
- Analisar as trajetórias das mulheres casadas na tradição.

### **4. REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **4.1 Angola: território e estrutura social**

Angola está localizada na Costa Ocidental de África (Região Austral), possuindo uma extensão territorial de 1.246.700 Km<sup>2</sup>. Faz fronteira ao norte com a República Democrática do Congo, a leste com a Zâmbia, ao sul com a Namíbia, e à oeste é banhado pelo Oceano Atlântico. O país tem o português como língua oficial, além das

outras línguas nacionais, entre as quais se destacam Bakongo, Kikongo, Kimbundo, Umbundu.

De acordo com os dados do último censo realizado em 2014 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) que oficialmente apresentou uma população de 25.789.024 milhões de habitantes, dos quais 12.499.041 do sexo masculino, com (48% de porcentagem e 13.289.983 do sexo feminino com (52% de porcentagem. Segundo a perspectiva feita do mesmo Instituto, a população Angolana apresentaria em (2017) uma população estimada de 28.359.634 milhões de habitantes.

O seu território nacional está posteriormente dividido por 18 províncias, com 162 municípios e 556 comunas, com a sua Capital Luanda que registra um maior fluxo populacional de 6.945.386 habitantes, em relação as outras províncias independente das suas etnias culturais nacionais e internacional. Conforme os dados nos mostram a população angolana é maioritariamente jovem dividido em dois grupos etários, dos 0-14 anos de idade, e dos 14-25 anos de idade. Correspondendo cerca de 65% da população jovem.

O país possui um território de zonas rurais de 9.635.037 milhões de habitantes. Andrade (2012) afirma que além do conflito por independência, entre 1961-1975, que resultou no fim da dominação colonial portuguesa, no dia 11 de novembro, bem como a intensa guerra civil que demorou até 4 de Abril 2002, esse quadro histórico deixou um enorme desequilíbrio no país, causando uma desestruturação de infraestrutura e um nível baixo da economia. Como consequência, isso também fez com que uma boa parte da população migrasse da zona rural para outras partes do território angolano em busca de melhores condições de vida.

Silva (2011), revela que o meio rural angolano apresenta características precárias marcados por aspectos de nível de vida simples, com escassez de tecnologias e com incidência de analfabetismo, com valores sociais ultrapassados e fortes costumes tradicionais, com populações dispersas, insoladas, com limitações de condições de vida básicas, a população rural dedica-se ativamente aos trabalhos de agricultura, criação de gado, pesca feita no mar e nos rios, onde esses serviços se apresentam como a base para os seus sustentos e sobrevivência.

Nas zonas rurais é praticada agricultura por meio de cultivos tais como: café, milho, sisal, cacau, cana de açúcar, batata, tabaco, algodão, frutos e legumes. Devido à falta de meios próprios, a pesca realizada por esses povos, e dos produtos cultivados, acabam por servir para o consumo da comunidade, ao comercializar esses produtos constata-se um nível baixo de rendimento por causa das condições dos comerciantes. Perante a essas situações de dificuldades, percebemos como fatores alarmantes que não favorecem o crescimento econômico e sustentável para o desenvolvimento local que possam garantir um avanço econômico, para esses grupos sociais.

De acordo com Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística, (apud. MWAIKAFANA, 2018), a população rural não se encontra homogeneamente distribuída e entre os principais problemas destacam-se o acesso à água, energia e rede comercial, acessibilidade aos serviços e a centros de distribuição de bens e créditos de fomento, em função a essa realidade é que define as características principais vivenciadas pelas zonas rurais de Angola. Diante dessas situações acredita-se que nas zonas rurais de Angola verifica-se ausências de ações que permitam as superações das necessidades que esses povos enfrentam, em funções das diferentes áreas que constitui a estrutura social das diversas comunidades. Os jovens, são uma dos principais segmentos que sofrem com a má distribuição de renda, pois ainda não possuem autonomia e emancipação que garantam uma participação social efetiva.

Esses aspectos da sociedade angolana tem sido objeto de investigação e análise ao longo dos últimos anos, tendo em vista que os dados deles obtidos podem vir a subsidiar o planejamento das políticas públicas voltadas ao contexto da realidade da sociedade rural angolana. Dentre os fatores que integram a estrutura social e que são especialmente considerados para a elaboração de tais ações está a distribuição de renda.

Fazendo uma breve observação verificamos que um dos principais objetivos da Republica de Angola conforme a Constituição de 2010, no (Artigo 1º, CRA), é relativo a questões de garantias básicas de condições de vida “baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade do povo angolano, que tem como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social”, porém (CEIC, 2012, *apud*, SANTOS, 2018, p.35) Contudo é necessário fazermos um questionamento visto que há grandes diferenças no

desenvolvimento social real do país que apresenta dados que mantêm-se divergentes e contraditórios com a realidade isso porque os indicadores de rendimento e crescimento económicos contrastam com as profundas diferenças na divisão de riqueza.

Após o período da pós guerra civil, o governo angolano desenvolveu várias estratégias que visam o combate à fome, a diminuição da pobreza, entre outros problemas que se apresentavam como desafios para a garantia de boas condições de vida para a população, estas estratégias eram fatores preponderantes para a construção de uma sociedade próspera, com acesso à justiça social, a ideia não visava apenas resolver as condições de vida da população devido ao conflito armado que assolou o país, mais também tinha como intuito principal garantir um crescimento e uma sustentabilidade da economia, que esteve vulnerável no país em tempos de conflitos, como é averiguado nos dados do (MINADERP<sup>3</sup>, 2010) e do PND<sup>4</sup>(2013-2017) e (2018-2022). E entre outras organizações nacionais e internacionais, sobre estes mesmos objetivos, apresentaremos algumas atividades do plano de ação do MINADERP, especificamente voltadas ao desenvolvimento das zonas rurais de Angola.

No que se refere as políticas de desenvolvimento rural salientamos as ações do (MINADERP,2010, Art. 13º, *apud*, MWAIKAFANA p.71) cujos os objetivos definidos no estatutos no qual destacam-se:

- a) Definir estratégias e propor programas para o desenvolvimento nacional nos domínios da agricultura, pecuária, pescas, aquicultura, florestas, segurança, alimentar, desenvolvimento rural, combate à pobreza e desenvolvimento das comunidades rurais, promovendo e coordenando as ações necessárias à sua execução;
- b) Promover e coordenar a elaboração e implementação de políticas e estratégias para o desenvolvimento rural integrado.

De acordo com o, Plano Nacional de Desenvolvimento (2018), onde consta como principal objetivo na sua agenda, a melhoria da qualidade de vida das famílias, a redução das desigualdades sociais, e da pobreza extrema, bem como também valorizar, e incluir, os recursos produzidos no interior do país, o mesmo plano se propositará em implementar infraestruturas, para apoiar as populações carentes de recurso para as suas

---

<sup>3</sup> (MINADERP). Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

<sup>4</sup> (PND). Plano Nacional de Desenvolvimento.

atividades econômicas, visto que tem sido identificado que as comunidades rurais não conseguem comercializar os seus produtos, por falta de incentivos e infra-estruturas adequadas para que assim possam obter lucros mais significativos e ajudar no desenvolvimento do país. Notamos uma tentativa também por parte do governo de buscar formas de incluir todos os segmentos da sociedade angolana na vida sócio política do país, assim tem sido previsto também a promoção de planos de participação democrática como um ato de garantir a cidadania para as camadas juvenis, e desta forma fortalecer a democracia angolana nas suas representações regionais e mundiais.

O referido plano destaca também, as ambições de implementações de políticas públicas e do bem estar para o desenvolvimento, voltadas especificamente nas zonas rurais de Angola, os estudos apresentam os programas em ação:

Promover iniciativas de desenvolvimento local e de combate à pobreza, valorizando as energias das comunidades locais e explorando, em vez de soluções únicas, a adoção das soluções que melhor respondam às necessidades locais, incentivem o fomento da economia rural e camponesa e promovam o desenvolvimento das populações rurais (PND, 2018, p.61).

As questões de gênero também são abordadas pelos programas de desenvolvimento, pois é notável a desigualdade de gênero que as mulheres na zonas rurais têm enfrentado, e pelo que podemos observar, questões como o analfabetismo e a falta de emprego, precisam ser superadas, tanto que os Planos que visam a criação de estratégias para o crescimento econômico do país e citam estes fatores como desafios e apontam possíveis soluções:

Assegurar a capacitação profissional das mulheres jovens e da mulher rural; Implementar as recomendações prioritárias saídas do Fórum Nacional de Auscultação da Mulher Rural, em particular no que diz respeito ao combate do analfabetismo e ao desenvolvimento do empreendedorismo feminino; Assegurar, de modo mais significativo, o empoderamento das mulheres jovens e da mulher rural, por via do reforço da sua qualificação profissional (PND, 2018, p.70).

O mesmo órgão verificou as dificuldade dos fatores relevantes nas zonas rurais e para possíveis implementações concernentes ao acesso de terras aos agricultores para praticas dos serviços agrícolas e pecuária, e entre outras serviços, que visam a melhorar a sociedades, com títulos de estatutos que possam oferecer ao estado a oportunidade de retorno para os pequenos, médios e grandes agricultores, que movimentam a economia

do país mesmo com todos os problemas enfrentados por eles, este mesmo plano visa também criar um fundo de apoio das pequenas indústrias rurais, refutando a realidade enfrentadas por quem trabalha direta ou indiretamente na agro-pecuária. Outra questão apresentada é sobre as reabilitações, e criações de novas estradas para a viabilização do povoamento nessas áreas e para facilitar as vendas dos produtos dos comerciantes e o acesso dos compradores as mercadorias. O mesmo plano tem como objetivo a criação de estratégias de melhoramento, da relação das instituições que trabalham com o planejamento de ações sociais concernente a garantia da dignidade humana, e acesso, aos serviços públicos para as aldeias rurais:

Implementar o Programa Nacional de Delimitação e Posterior Concessão de Terras e Títulos aos terrenos rurais; Programa de Aquisição de Produtos Agro-Pecuários (PAPAGRO); Programa de Fomento da Pequena Indústria Rural (PROFIR); Recuperar vias de acesso de zonas rurais isoladas; Promover a requalificação das áreas rurais; Melhorar a articulação entre as entidades relacionadas com a Acção Social, a Protecção Social e as Aldeias Rurais Auto-sustentáveis. (PND, 2018, p.67).

Observando como se constrói a estrutura social de Angola destacamos a importância das “autoridades tradicionais ou órgãos do poder local” os quais também são responsáveis por buscar melhorias para suas comunidades de forma autônoma, pensando em um contexto local, estas autoridades tem um caráter tradicional que mantém uma relação com a comunidade a qual pertencem e que exercem uma grande influência, ao participarem das decisões políticas do país contribuindo também com as implementações das ações governamentais. De acordo com (BEMBE 2014, apud, MWAIKAFANA, 2018, p.72), ele faz uma descrição sobre a característica do poder autônomo e político de Angola:

Dentro da organização do poder político angolano incluem-se também os órgãos autônomos do poder local. Esse poder corresponde a uma expressão constitucional que assinala enfaticamente a presença de uma verdadeira dimensão do “poder político” não-soberano, democrático e tradicional, que tem de conviver com outros poderes administrativos do Estado, em especial os do controlo. Ou seja, não invade nem pode ameaçar os poderes de soberania reservados ao Estado, que continua unitário. Não estamos na presença de um simp

les segmento da administração pública. Enquanto o poder local autárquico (democrático e autônomo) deriva do ordenamento do Estado, o poder tradicional dispõe de um ordenamento originário próprio.

Sobre os planos denominados “Estratégias de Combate à Pobreza. ECP” implantados pelo governo angolano que caracterizam-se como “estratégias de combate à pobreza”, direcionadas aos grupos mais vulneráveis, Silvia Oliveira (2012) salienta os impactos dos planos de desenvolvimento, semelhantes aos que foram citados acima, destacando que obtiveram resultados positivos perante a sociedade angolana. Ainda segundo a autora, referindo-se aos dados do INE (2009-2010), registra-se que as medidas aplicadas não foram suficientes para a erradicação da pobreza que, mesmo tendo sido reduzida, ainda se mantinha em 36,6% no país, principalmente nas zonas rurais que apresentavam 58,8% de deficiências baixo, em relação as zonas urbanas que apresentou um índice alto de melhorias indicando 18,5%.

Os dados apresentados no INE (2009-2010) sobre as políticas públicas implementadas pelo governos angolano, além de nos trazer dados importantes em relação aos aspectos sociais considerados nas metas governamentais, também podem ajudar a compreender melhor a realidade local, quando, por exemplo, comparados com os planos do INE (2016) concernente a pobreza do meio rural e do meio urbano

Especificamente em relação às zonas rurais, o Gabinete de Estudo e Planeamento e Estatística - GEPE (2014), questiona que “os programas do governo são bons para serem ouvidos, pena é que muitos não saem do papel algumas iniciativas políticas no sentido de colmatar as necessidades do mundo rural” (apud, 2018, MWAIKAFANA, pp.78-79).

Contudo, concluímos que as questões relacionadas com a pobreza e a desigualdade social tem sido pensadas por parte do governo angolano que investiu em pesquisas que serviram como base para o desenvolvimento de planos econômicos, identificando os territórios rurais como os mais vulneráveis, os quais tem apresentado maiores índices de dificuldades sociais. Estes dados são necessários para entendermos e analisarmos os processos de quedas da economia do país, a partir dos dados do INE e outras instituições que lançaram pesquisas quantitativas e qualitativas afim de identificar em que condições encontram-se os setores que compõe a sociedade, com foco nas zonas rurais mas traçando comparações com os índices da zonas urbanas. Sobre as estratégias criadas com objetivo de erradicação da pobreza e das implicações que ela causa na vida da população, encontramos diversas referencias, mas é necessário

lançarmos um olhar analítico para entender como elas tem sido implementadas e se já foi possível identificar resultados. Neste sentido buscamos observar se tais, medidas foram suficientes e se foram realmente implantadas.

Analisando o contexto econômico do país através dos dados apresentados pelo Relatório Econômico de Angola (R.E.A.2016) destacamos as principais atividades econômicas, são elas: Agricultura-Pecuária-Florestas; Pescas; Petróleo-Gás; Diamante; Industria Transformadora; Eletricidade; Construção; Comércio; Transporte; Serviços imobiliário; Bancos. O país possui uma grande riqueza natural, e o setor de maior destaque é o petrolífero, este setor se constitui como a base dos rendimentos econômicos de Angola. O setor da construção é a segunda atividade que mais contribui com a economia do país, mesmo sendo atingido por crises onde ocorreu uma desaceleração em 2012, e uma queda em 2015, estimada em -1,35%. A agricultura, manufatura, transporte apresentam contribuições irrisórias para a economia. O relatório tem questionado o setor de energia que apresenta um crescimento maior que o PIB nacional, mas pouco contribui para o crescimento do país, o estudo considera este fenômeno um paradoxo. As receitas proporcionadas pelo petróleo são investidas em reconstrução e modernização dos sistemas do país.

O relatório reflete sobre as questões da desigualdade social relacionada a má distribuição de renda do país, revelando uma “grande divergência entre riqueza de recursos naturais e bem estar social”. A causa da desigualdade está associada a grande concentração de renda por parte de uma “pequena elite política ligada ao poder”. A proposta de melhorar a distribuição de renda do país, apenas por via do emprego, nem sempre tem alcançados os resultados estabelecidos pelo governo, isso por que esta atitude teria que vir acompanhada pelo aumento e adequação do salário.

Sobre o sistema da educação de Angola, especificamente nas zonas rurais, também deve-se destacar os estudos e pesquisas recentes voltados a esse setor, os quais vem sendo fomentados fundamentalmente pelos órgão locais que atuam nessa área, tal como o INE.

#### **4.2. Cultura, tradição e modernidade**



Existem alguns debates sobre cultura, tradição e modernidade, apresentaremos os que tem relação com o tema abordado, analisando os principais autores. A primeira discussão teórica que traremos diz respeito ao conceito de cultura, o termo tem sido discutido em grande amplitude, neste estudo propomos observar algumas visões, entre elas a visão sociológica de Zygmunt Bauman (2012), o autor traz contribuições muito recentes onde identifica a dualidade que vem associada ao termo, enfatizando que cultura precisa ser entendido sempre observando dois aspectos ao mesmo tempo, ela carrega sempre uma ligação com o que é conservador e com o que é mutável, ela possui a tendência de conservar os costumes existentes mas também possui uma abertura ao que é novo. Diante disso usamos esta abordagem para pensar o tema proposto neste estudo onde analisa o casamento tradicional na vida contemporânea, praticado por pessoas jovens que ainda se inspiram em costumes conservadores.

Analisada pela perspectiva antropológica utilizaremos as valiosas contribuições propostas por Roque Laraia, em sua obra *Cultura: Um Conceito Antropológico*. Onde ele faz um apanhado histórico dos conceitos de cultura abordado pela visão antropológica. Aqui gostaríamos de destacar Laraia (2001) quando aponta o questionamento sobre como determinar o limite da adolescência para a fase adulta sem que isso se configure como uma ação arbitrária. É uma boa reflexão e dialoga diretamente com o objetivo desse projeto que tem buscado analisar as causas e as consequências do casamento tradicional na adolescência. Laraia ainda nos apresenta que os grupos tribais estabelecem claras separações da vida de uma menina que entra na vida adulta, utilizando o marco da primeira menstruação, como sinal de que ela está pronta para iniciar a sua vida adulta. Porém é necessário compreender que a idade de 12 ou 13 anos, não indica uma preparação para assumir todos os papéis sociais femininos estabelecido pela sociedade onde ela está inserida.

Sobre Tradição e Modernidade buscamos nos basear na abordagem do autor moçambicano Alexandre Oliveira (2014) que debate essa relação no contexto africano. Para Oliveira esta relação não é algo novo em África, uma vez que os povos desde muito tempo tiveram contato com esta ideia. Para ele *tradição e modernidade* “não pode ser visto como uma relação de oposição” pelo contrário ele propõe uma continuidade de

uma para outra, trazendo o exemplo do conceito de aldeias que originou as vilas e essas tornaram-se cidades. Outra afirmação observada e defendida por Oliveira (2014) é que,

(...) a modernidade vista pela perspectiva africana não se dissocia com a tradição porque a tradição é fonte de inspiração do presente. Portanto tudo que é passado é um valor a conservar e a respeitar. É por isso que em África mesmo os antepassados são uma fonte muito forte de inspiração e modelo vivencial. (OLIVEIRA, 2014, n.p)

Contudo podemos perceber que tradição e modernidade em África é pensada sob uma outra lógica, uma forma diferente de pensar estes termos e seus significados, uma vez que segundo o autor a relação de conexão entre tradição e modernidade dá sentido à vida do homem, e os valores e comportamentos modernos irão um dia se tornar tradicionais.

#### **4.3. O casamento tradicional**

Para discutir o casamento tradicional na perspectiva africana é essencial entendermos o que o mesmo significa para os povos deste continente marcado por realidades distintas, onde povos tradicionais viviam e vivem em grupos caracterizados como clãs, e outras formas de organização tradicional, estes grupos desenvolveram suas formas próprias de casamento, relacionadas com seus modos de vida marcados fortemente por valores tradicionais. Para Radcliffe-Brown (1982, apud, OSMUNDO, 2011, p.14) os povos tradicionais assim como em outras culturas observamos que o casamento é a base de sustentação da sociedade porém precisamos levar em conta algumas diferenças estruturais desses grupos que ainda apresentam em sua história as implicações causadas pelas relações forçadas da época da colonização.

O autor descreve que em diversas realidades africanas são identificado forma de trocas no ato da realização do casamento, estas trocas vão desde objetos simbólicos a valores monetários relativos à transferência da mulher para uma nova configuração familiar, o autor explica que:

“Quaisquer que sejam os aspectos simbólicos que marquem essa transferência, elas também possuem funções econômicas, não meramente como intermediárias na aquisição, mas como formas de redistribuição de propriedade”.

Para além dos significados e características do casamento, buscamos apresentar neste estudo as funções básicas do mesmo, esta questão é debatida por Mary Douglas (1987), que enumera sistematicamente tais funções da seguinte forma:

- a) estabelecer o estatuto legal dos filhos das partes que contraem o casamento; b) transferir direitos para cada uma das partes; i) domiciliar, ii) da sexualidade do outro, iii) da propriedade (para beneficiar os filhos do casamento; c) estabelecer uma aliança ou relação de afinidade entre os parentes das partes; d) obter o reconhecimento público da relação. (apud, GARRAFÃO, 2018, p.2).

Nesse debate sobre o casamento tradicional como prática realizada nas sociedades angolanas onde na qual faz parte da cultura de vários povos, grupos, e etnias diferentes, analisando como costume ritualístico, dialogamos com Lucia Bettega no que tange a sua base teórica utilizada na sua dissertação de mestrado, trazendo as contribuições de suas análises do casamento como ritual de passagem e os valores culturais presentes em uma comunidade rural, mostrando que esses rituais se mantêm na comunidade como uma partícula de preservação e de valores sociais que constituem uma identidade cultural. A mesma autora traz a visão do “casamento como o ritual de passagem que caracteriza a agregação é, ao mesmo tempo, simbólico, social e material” (BETTEGA, 2007, p.26).

Enquanto que na visão de Segalen (2002) apresenta uma concepção de entendimento da variabilidade do significado que o ritual do casamento representa, compreendendo a causa da existência dessa mesma manutenção perante uma nova sociedade. De acordo com a autora (BETTEGA, 2000, p.27) “O casamento é uma instituição que marca a vida do ser humano pela passagem que gera. Ele tem se manifestado, ao longo dos tempos, em um mecanismo encontrado para a manutenção dos grupos sociais, como parte da cultura que representa”. Ao caracterizar o casamento, e a sua simbologia, Geertz, afirma que:

O ritual do casamento pode ser caracterizado como “atos culturais” que são demonstrados a partir da reconstrução e manutenção de costumes e tradições e, por utilizarem formas simbólicas, são “acontecimentos sociais” (...) o ato do casamento assume componente que estão relacionados a organização sociais, às suas regras e aos padrões de cultura. (1989, apud. BETTEGA, 2007, p.27).

Na visão antropológica sobre o casamento segundo. Moreira (1994, apud, GARRAFÃO, 2018, p.2) contribui teoricamente no ponto de vista antropológico que o

casamento surge como um conceito onde na qual não se unem globalmente na totalidade, por essas razões é que existem vários tipos de culturas ritualísticas com celebração matrimônias diferentes. Segundo Guilouski e Costa (2012, apud, VILMÁRIA, 2017, p.7).

Após a influência do cristianismo romano na Idade Média, o casamento passou a ser encarado como um sacramento em que intervinha a vontade divina e revestia-se de forma canônica, mediado pelo ministro do culto. Com o advento da Revolução Francesa, no final do século XVIII, o casamento passa a ser compreendido como um contrato.

De acordo com Mbambe<sup>5</sup>, uma portaria do então Governo-Geral da República de Angola, de 2 de dezembro de 1948, caracterizou o alembamento como a prova do casamento. Embora a expressão “alembamento” possua uma variação no tempo e no espaço isso não diminui a sua importância para a sociedade, assim como o termo “pedido”. Os dois termos Alembamento e Pedido, fazem parte tradicionalmente da cerimônia do casamento, legitimados e conhecidos socialmente, pela tradição, são etapas presentes na realização matrimonial, ligados ao direito social de esposa e esposo, dentro das suas etnias, grupos, ou povos.

No que se refere ao casamento na contemporaneidade, utilizamos as definições de Foucault (1988, apud, CÁ, 2016, p.21). O autor discorre sobre casamento no seu sentido social e político, onde afirma que “dentro do casamento de hoje cada um adota os mesmos direitos de seus cônjuges sem que as diferenças sejam ignoradas; a forma democrática se manifesta pela igualdade jurídica de todos os membros da sociedade entre homem mulher”.

Já Semmil (2006) ressalta que além dos direitos de cada um dos conjugues serem igualmente respeitados, no contexto contemporâneo o casamento está relacionado a questões mais individuais associados a livre escolha e as questões afetivas e de gênero, o autor explica que:

Contemporaneidade tem haver com a questão do gênero onde que tanto homem assim como a mulher devia ter mesmos direitos de igualdade perante a sociedade tudo mundo é livre de fazer escolha da pessoa que quiser namorar com ele ou ela, para casar tudo depende de vontade de cada um. O individualismo contemporâneo é aquele que se dá na família no casamento e no amor. As sociedades contemporâneas ocidentais de hoje que foi imperativas impondo crença na identidade

---

<sup>5</sup>3 Este estudo foi feito pelo “Mbambe” sobre o Alembamento, apresentado no Auditório da Rádio Nacional de Angola, na capital do Lubango, Província da Huila.

peçoal, num sentido verdadeiro eu mito da interioridade (apud,2006, Cá, 2016, p.21)

Diante disso buscamos explicar as formas de casamento no contexto angolano, descrevendo essa prática dentro da cultura deste povo. Em Angola existem várias formas de casamentos entre elas o casamento civil, casamento religioso, e o casamentos tradicional. Os casamentos civis e nas igrejas cristãs, estão descritos no censo<sup>6</sup> como casamentos, enquanto que os casamento tradicionais que são o maior número em Angola que variam de acordo com as etnias de cada povo são considerados apenas “união de facto<sup>7</sup>”. Este estudo se refere ao casamento tradicional e suas implicações na vida dos jovens e das jovens que residem nas comunidades rurais.

Para abordar os aspectos culturais do casamento tradicional angolano, inevitavelmente apresentarei a respeito das características consideradas principais na sua composição, como a religião, a espiritualidade dos rituais e os papéis sociais da família perante a sociedade, a) a cumplicidade da família na instituição do casamento tradicional, onde na maior parte dos casos a noiva é menor de idade e o noivo é maior de idade, o que mais importa para a família são os valores materiais e monetários disponíveis; b) a irrelevância da figura paterna no ato da cerimônia, e a falta de participação dos pais como representantes da noiva ou do noivo durante a cerimônia; c) o cumprimento das regras das trocas econômicas onde a noiva é tratada como um objeto que se assemelha a um produto comercial ou propriedade; d) o costume dos noivos reafirmarem a sua cultura, honrando os seus ancestrais; e) a forma de recompensar a família da noiva pela sua saída respeitando os seus valores e costumes culturais; f) a respeitabilidade e o status adquiridos, assim como o modo que a sociedade passa a lhes considerar; g) o conservadorismo de algumas famílias por seguir e respeitar a sua cultura e dos seus pais como se fosse pagar a dívida de um compromisso matrimonial; h) o respeito e o poder de decisão tutelar do tio em relação a sobrinha como se fosse os pais da noiva durante a cerimônia do casamento tradicional predominante na cultura angolana; i) normalmente como costume os parentes da noiva usam uma carta

---

<sup>6</sup> Censo pesquisa realizada pelo INE (instituto Nacional de Estatística, 2016).

<sup>7</sup> União de Facto - estado civil da pessoa que vive com o seu marido ou com a sua esposa, mas não está Casada pelo registo civil nem pela igreja.

endereçada a família do noivo de formas a formalizar o pedido e posteriormente com a autorização para o alembamento.

A partir de então, dependentemente da região do país cada região tem a sua maneira cultural de realizar a cerimônia do casamento tradicional. Essa instituição regula as práticas ritualísticas que se relaciona com a ancestralidade, e atribui uma estrutura de respeito e responsabilidade, dependência elevada de status social nos modos de união conjugal, e normas de papéis sociais, cumprido com os valores e costumes que lhes identificam através dos prestígios culturais tradicionais dos cônjuges do seu núcleo étnico, garantindo lhes um status elevado pela família e pela sociedade, fazendo com que elas sejam vistas de forma diferente em relação aos outros indivíduos que não se casaram pela tradição.

Fazendo uma breve comparação do casamento tradicional de outras regiões de África, notamos uma semelha de valores e questões simbólicas que envolve o casamento, bem como a importância social e cultural, associadas ao prestígio que o mesmo confere aos noivos. Em um estudo de campo da autora Yolanda Garraão (2018), A importância do casamento “K’ mari na Etnia Papel”, onde a autora traz o ponto de vista das mulheres da etnia papel através de entrevistas na qual ressaltam: que o casamento tradicional, é um ato que proporciona respeitabilidade, segundo elas, uma vez casada pela tradição se sentem mais realizadas, seja pela sua família ou pela comunidade. Para elas uma mulher casada contém mais respeito do que por exemplo uma mulher rica que não foi casada pela tradição.

No entendimento do Silva (2011) sobre a questão do casamento tradicional, ele contextualiza que Para as mulheres, a tradição tem um significado muito valioso, fazendo com que elas diante desse significado acabam por seguir a cultura como um ato de fortalecimento ou afirmação da sua identidade, reproduzindo os costumes que lhes garante estatus e dignidade perante a sua comunidade.

## **5. METODOLOGIA**

No intuito de desenvolvermos uma pesquisa que permita discutir os fenômenos sociais conforme as hipóteses já sinalizadas neste projeto, recorreremos a um escopo metodológico que possibilite a obtenção e a análise de dados, considerando nesse

processo uma base teórica e epistemológica que respeite as singularidades dos povos tradicionais, ao mesmo tempo que possa contribuir com a emancipação sócioeconômica desses povos no atual.

Particularmente no caso desse estudo, nos propomos a analisar os dados e estudos existentes nos âmbitos nacionais e internacionais referentes à estrutura da sociedade angolana bem como os índices sociais, de modo a entender não apenas a organização dessa sociedade, mas também a dinâmica de seu funcionamento. Junto a isso também procuraremos observar os símbolos e costumes da cultura local, por entender que esses elementos são fundamentais na formação da mentalidade e do comportamento da população nos seus diferentes extratos. Para tanto, recorreremos aos jornais, revistas, artigos, os quais nos permitiram acessar dados objetivos, mas também um pouco das subjetividades presentes no cotidiano ao qual esses meios procuram retratar.

Como embasamento e suporte conceitual para esse projeto, trabalharemos com as pesquisas bibliográfica, documental, assim como o métodos misto, qualitativo e quantitativo. De acordo com Gil (2010), pesquisa bibliográfica.

É elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, por exemplo: livros, revistas, jornais, teses, dissertações, e anais de eventos científicos (GIL, 2010, p.29).

Já com relação à pesquisa documental o autor registra que esta costuma ser utilizada em praticamente todas as ciências sociais, constituindo um dos delineamentos mais importantes no campo da História e da Economia. Entre os exemplos desse tipo de abordagem destacam-se os relatos de pesquisa, relatórios, boletins e jornal de empresa, atos jurídicos, compilações estatístico etc.

Desenvolvida a partir dos autores como Campbell e Fiske (1959), a pesquisa do método misto se caracteriza na articulação entre as abordagens qualitativa e quantitativa, o que vem fazendo com que tenha ganhado mais adesão recentemente como perspectiva metodológica. Creswell (2010) afirma que é necessário o domínio das duas abordagens para se aplicar um método misto, e, como destacam Creswell e Plano Claros, (2017) isso acaba lhe conferindo esse seu caráter desafiador justamente pela

tarefa de combinação e associação das abordagens qualitativa e quantitativa envolvendo as suposições filosóficas de ambas.

Através do meio das técnicas da pesquisa bibliográfica e documental, e do método misto pretendemos alcançar os objetivos dessa pesquisa. Observa-se que existe uma vasta literatura tanto publicados em artigos de revistas científicas como também dados estatísticos que revelam a realidade estudada, com várias interpretações objetivas e subjetivas, que servirão de base para esta pesquisa. Este estudo também pretende trazer experiências pessoais observadas nas vivências individuais, que configuram se como elemento que associa os conteúdos teóricos com as práticas tradicionais familiares ainda presentes no cotidiano angolano.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGOLA, press. **CASAMENTO NA ADOLESCÊNCIA COLOCA EM CAUSA A DIGNIDADE HUMANA**. Jornal de Benguela, 14 dez. 2018. Disponível em: <m.portal| angop.co.ao| angop a |pt->. Acesso em: 12 nov. 2018.
- BETTEGA, Maria Lucia. **O casamento como Manifestação de uma Cultura: o caso de Nova Palmira**. 2007. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.
- CÁ, Edneusa Diamantino. **Casamento da Etnia Papel na Guiné Bissau: "Casamento no seu sentido Social"**, São Francisco do Conde, p.1-46, 25 nov. 2016.
- CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa Métodos Qualitativo, Quantitativo e misto**. São Paulo: Penso, 2010.
- CANDA, Benedito. **Publicação Resultado Definitivo**. Luanda. 2014. 213 p.
- GARRAFÃO, Yolanda Victor Monteiro. O casamento tradicional na Guiné-Bissau: o K'mari na etnia Papel. **Revista África e Africanidades**, Redenção, p.1-13, 26 abr. 2018. Disponível em: <www.africanidades.com.br>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- GARRAFÃO, Yolanda Victor Monteiro; SUBUHANA, Carlos; DOUGLAS, Mary. Casamento tradicional na Guiné-Bissau k'mari na etnia Papel. **Revista África, Africanidades**, Bissau, "estabelecer um estatuto" n.p.1-13, 26 abr. 2018.



- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Resultados Definitivos**. Luanda: Publicação, 2016. 229 p. Disponível em: <www.ine.gov.ao>. Acesso em: 21 mar. 2016.
- KWANYAMA, Kunene. **POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS NO MEIO RURAL ANGOLANO**. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado, Universidade de Évora, Lisboa, 2018.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um Conceito Antropológico: Antropologia social**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 60 p. Disponível em: <85-7110-438-7>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- MINISTÉRIO da ECONOMIA e PLANEAMENTO. **Plano de Desenvolvimento Nacional**. Luanda: Ministério das Financas, 2018. 308 p
- MOREIRA, Margarida Mira. **O Casamento na Etnia Papel da Guiné-Bissau**. 2013. Dissertação (Licenciatura em Antropologia) – Departamento de Antropologia. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1993.
- MWAIKAFANA, Abraão Ndeufekelua. **Políticas públicas e desafios no meio rural angolano: MINADERP**, especificamente voltadas ao desenvolvimento das zonas rurais de Angola. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado, Universidade de Évora, Lisboa, 2018
- \_\_\_\_\_. **"Autoridades locais, poder local "**. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado, Universidade de Évora, Lisboa, 2018.
- OLIVEIRA, Alexandre Álvaro. **TRADIÇÃO E A MODERNIDADE**. 2014. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/tradição-e-a-modernidade/118048/>>. Acesso em: 26 fev. 2019.
- OLIVEIRA, Evandro de; ALVES, Adilson Francelino. Uma Análise **Literária**. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, São Gortado, v.1, p.1-18, jan.2015. ISSN2237-3098.
- OLIVEIRA, Sílvia de. Modos de vida da pobreza em **Angola**. **Revista Angolana de Sociologia**, Luanda, p.125-134, 9 maio 2012. Disponível em:<[journals.openedition.org/ras](http://journals.openedition.org/ras)>. Acesso em: 18 fev. 2019.

- OSMUNDO, Pinho; BROWN, A.r. Radcliffe. A Antropologia na África e o Lobolo no Sul de Moçambique. **Afro-Ásia**: "Parentescos de Casamento", Bahia, n. 43, p.9-41, 2011. ISSN: 0002-0591.
- ROCHA, Alves da; DEVES, Vera; DELGADO, Albertina. **Apresentação do Relatório Economia de Angola 2016. 4. ed. Luanda: Ceic, 2016.** 71 p. Disponível em: <<http://www.ceic-ucan.>>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- SANTOS, Vilmária Bispo dos. Representação Simbólica da Cerimônia de Casamento Tradicional Angolano. **Revista África, Africanidade**, Santa Cruz, v., n., p.1-24, 23 abr. 2017. Disponível em: <[www.africaeaficanidade.com.br](http://www.africaeaficanidade.com.br)>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- SILVA, Filipe. **CASAMENTO PRECOCE EM ANÁLISE NA REGIÃO.** Jornal de Huambo, 12 ago. 2016.
- SILVA, Eugênio Alves da. Tradição e identidade de gênero em Angola: ser mulher no mundo rural: subcultura juvenil. **Revista Angolana de Sociologia**, Luanda, v., n. 508, p.21-34, ago. 2011. Disponível em: <<https://journals.openedition.org>>. Acesso em: 29 fev. 2011.
- \_\_\_\_\_. Diversidades(Des)igualdade. In: XI CONGRESSO LUSO-AFR. BRASILEIRO DE Ciências SOCIAIS, 11. 2011, Bahia. **Educação no Meio Rural em Angola: Tradição, (Des)igualdade de Gênero e Cidadania.** Bahia(UFBA)-Paf I e II Compus Ondina: UFBA, 2011. p. 1 - 17.